

LEI Nº 1069/2008

“Define o ANGEPREV - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Angelina – como unidade gestora única dos benefícios previdenciários administrados, mantidos e pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Angelina, incorpora os aposentados e pensionistas pagos pelo Tesouro Municipal na data desta Lei ao ANGEPREV, autoriza o custeio destes proventos pelo Município de Angelina, altera o caput dos artigos 72 e 74 e lhes acrescenta parágrafos, da Lei municipal nº 818/2000 e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Angelina faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Angelina será administrado exclusivamente pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Angelina – ANGEPREV, em caráter de unidade gestora única, de natureza autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, detentora de autonomia financeira e administrativa, criada nos termos da Lei municipal nº 818/2000.

Art. 2º Todas as aposentadorias e pensões concedidas, respectivamente, à servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo e aos seus dependentes, serão administradas e pagas pelo ANGEPREV, nos termos desta Lei.

Art. 3º Os servidores inativos que na data desta Lei percebem seus proventos de aposentadoria pagos diretamente pelo Tesouro Municipal devem ser integrados ao ANGEPREV, que efetivará a manutenção e o pagamento dos benefícios.

§ 1º O Município de Angelina repassará ao ANGEPREV, além da contribuição previdenciária definida na Lei municipal nº 818/2000 pela redação que lhe foi conferida pela Lei municipal nº 958/2005, o valor total dos proventos de aposentadoria dos servidores inativos que, na data desta lei, percebem seus proventos de aposentadoria pagos diretamente pelo Tesouro Municipal.

§ 2º As pensões por morte decorrentes do óbito dos servidores inativos que, na data desta Lei, percebem seus proventos de aposentadoria pagos diretamente pelo Tesouro Municipal, também serão integralmente custeadas pelo Município de Angelina.

Art. 4º Os pensionistas que na data desta Lei percebem seus proventos de pensão por morte pagos diretamente pelo Tesouro Municipal devem ser integrados ao ANGEPREV, que efetivará a manutenção e o pagamento dos benefícios.

Parágrafo único. O Município de Angelina repassará ao ANGEPREV, além da contribuição previdenciária definida na Lei municipal nº 818/2000 pela redação que lhe foi conferida pela Lei municipal nº 958/2005, o valor total dos proventos de pensão por morte dos pensionistas que, na data desta Lei, percebem seus proventos pagos diretamente pelo Tesouro Municipal.

Art. 5º O *caput* do art. 72 e seus parágrafos 7º e 8º da Lei municipal nº 818/2000 passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 72. O Conselho Administrativo do ANGEPREV terá a seguinte composição, observada a participação obrigatória de servidores ativos e inativos:

I – 01 (um) servidor ativo e 01 (um) suplente, da mesma condição, indicado pelo Prefeito Municipal;

II – 01 (um) servidor inativo e 01 (um) suplente, da mesma condição, indicado pelo Prefeito Municipal;

III – 01 (um) servidor ativo e 01 (um) suplente, da mesma condição, indicado pelo Chefe do Poder Legislativo;

IV – 01 (um) servidor inativo e 01 (um) suplente, da mesma condição, indicado pelo Chefe do Poder Legislativo;

V – o detentor do cargo de Diretor-Executivo do ANGEPREV tem a condição de membro nato do Conselho Administrativo, com direito a voto e com as mesmas prerrogativas dos demais membros”.

“§7º As reuniões do Conselho Administrativo apenas poderão ser promovidas com a presença mínima de 04 (quatro) de seus membros”.

“§8º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 04(quatro) de seus membros”.

Art. 6º O *caput* do art. 74 da Lei municipal nº 818/2000 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 74. O Conselho Fiscal do ANGEPREV terá a seguinte composição, observada a participação obrigatória de servidores ativos e inativos:

I – 01 (um) servidor inativo e 01 (um) suplente, da mesma condição, indicado pelo Prefeito Municipal;
II – 01 (um) servidor ativo e 01 (um) suplente, da mesma condição, indicado pelo Prefeito Municipal;
III – 01 (um) servidor ativo e 01 (um) suplente, da mesma condição, indicado pelo Poder Legislativo”.

Art. 7º Fica acrescido ao art. 71 da Lei municipal nº 818/2000 o seguinte parágrafo único:

“Art. 71.

Parágrafo Único. O mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal será de 03 (três) anos, permitida a recondução por tão somente igual período, sendo obrigatória a renovação de 2/3 (dois terços) dos membros a cada mandato”.

Art. 8º Fica acrescido ao art. 72 o §11 da Lei nº 818/2000, nos seguintes termos:

“§11 Havendo impossibilidade de nomeação de servidores inativos para ocuparem as vagas de membros do Conselho Administrativo, estes serão substituídos por servidores ativos”.

Art. 9º Fica acrescido ao art. 74 o §6º da Lei nº 818/2000 nos seguintes termos:

“§6º Havendo impossibilidade de nomeação de servidores inativos para ocuparem as vagas de membros do Conselho Fiscal, estes serão substituídos por servidores ativos”.

Art. 10 Fica autorizada a prorrogação do mandato dos atuais membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do ANGEPREV até a nomeação dos novos membros, na forma desta Lei.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário e especialmente os §§1º, 3º e 7º do art. 5º, os §§§§§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 72 e os §§ 2º, 3º e 4º do art. 74, todos da Lei nº 818/2000.

Art. 12 Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Angelina, 01º de setembro de 2008.

Sérgio Murilo Costa
Prefeito Municipal